

SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE JOVENS: OLHARES PARA A ESCOLA E A UNIDADE DE SAÚDE

Bárbara Birk de Mello

Andrea Fachel Leal

A implementação se dá no cotidiano de atuação dos(as) agentes de nível de rua. Analisamos o cotidiano de implementação das políticas de saúde e educação que afetam a sexualidade de jovens porto-alegrenses, focando nos cotidianos de trabalho de professores(as), técnicas de enfermagem, agentes comunitárias de saúde, médicos(as) e enfermeiros(as) de um bairro de camadas populares da região Leste de Porto Alegre, RS. A análise foca na agência dos(as) profissionais quanto à saúde sexual e reprodutiva dos(as) jovens, tendo como base autores do campo de públicas voltados para a implementação e autores do campo da antropologia das políticas públicas. Foram realizadas entrevistas com os(as) profissionais, jovens beneficiários das políticas e registros das observações de cunho etnográfico feitas em duas escolas e numa unidade de saúde, e a análise dos dados é do tipo análise de conteúdo.

Resumo expandido:

As discussões sobre juventudes no Brasil andam lado a lado de debates sobre a sexualidade, principalmente trazendo preocupações em relação à gravidez "precoce", gravidez de "risco" e "indesejada" (Altman, 2009), contrastando com a defesa pela garantia dos direitos sexuais e reprodutivos juvenis. O País, nestes últimos anos, tem apresentado inúmeros discursos em relação a gênero e sexualidade buscando “proteger” crianças e jovens, como destaca Leite (2019), ao tratar do conservadorismo e moralismo que vêm adentrando estas falas.

Entendemos que a infância e adolescência são um lugar crucial para analisar os processos de transformação da política sexual brasileira, uma vez que estas populações estão no “olho do furacão” das discussões sobre sexualidade e gênero, sendo a escola um lócus deste conflito. O objetivo foi analisar o cotidiano dos agentes de escolas e unidade de saúde no que tange à experiência sexual e reprodutiva dos jovens porto-alegrenses para entender como se dá a implementação das políticas de educação e saúde ligadas à saúde sexual e reprodutiva dos(as) jovens. Este texto é parte de uma pesquisa em curso, de doutorado.

Tratamos aqui do cotidiano de implementação das políticas de saúde e educação que afetam a sexualidade de jovens porto-alegrenses, analisando a agência (Maynard-Moody, 2023), dos(as) de professores(as), técnicas de enfermagem, agentes comunitárias de saúde, médicos(as) e enfermeiros(as) de um bairro de camadas populares da região Leste de Porto Alegre, RS.

Aqui, entendemos que as políticas públicas são um instrumento para analisar como governo e formas de governança funcionam. Nesse sentido, Shore e Whight (1997), Lander (2022), Shore e Wright (2011) e Shore (2011), estudiosos da antropologia das políticas públicas, nos sinalizam que as políticas são muito mais do que documentos contendo regras e diretrizes.

Elas acontecem na relação entre agente e usuário(a) e estão embrenhadas de valores, normas e moralidades destes sujeitos.

Logo, as políticas são expressão do nosso mundo, reflexo dos nossos modos de vida. E ao mesmo tempo que são reflexos, elas também moldam, restringem e administram comportamentos. É uma via de mão dupla onde as políticas são modelos de organização social por vezes impostos, mas por vezes construídos coletivamente com a população.

Maluf (2010) destaca que as políticas públicas são mais do que documentos oficiais, são tudo aquilo que profissionais fazem no cotidiano de trabalho, principalmente em relação com os(as) usuários(as) dos serviços em que atuam. Maynard-Moody e Musheno (2023) nos ajudam a pensar no cotidiano da política para além das leis e diretrizes, focando na relação agente e cidadão, e dando destaque aos conhecimentos dos(as) primeiros(as). Os autores desenvolvem, baseados em Lipsky (1980), o conceito de agência. Para Maynard-Moody e Musheno (2012, p. 3, tradução nossa) agência é “[...] uma construção que utilizamos para descrever os trabalhadores como centrados no Estado e na cultura, ao fazerem os seus julgamentos.”

A agência é formada a partir de crenças culturais sobre o que é digno ou não, o que vale a pena ou não, o que é seguro ou não, aquilo que é certo ou errado; agentes podem fazer pré-julgamentos sobre as pessoas e sobre aquilo que eles consideram um problema ou não (Maynard-Moody e Musheno, 2012).

Assim, a agência é algo profundamente social. Ela mostra tanto os padrões quanto a imprevisibilidade dos encontros na “linha de frente”. A agência se dá nos micro-encontros entre agentes e usuários(as), onde os(as) primeiros(as) agem a partir das normas, mas também levando em conta suas visões pessoais, valores morais e categorizações que fazem dos(as) usuários(as) antes, durante e após seus encontros.

Durante o ano de 2024, desenvolveu-se a pesquisa de campo a partir da observação de cunho etnográfico em duas escolas do bairro em questão e numa unidade de saúde. Também, foram feitas entrevistas com quatro professores de duas escolas, duas agentes comunitárias de saúde, três enfermeiras, quatro médicos(as), quatro enfermeiros(as) e três técnicas de enfermagem. Foram feitas doze rodas de conversa com jovens de ambas as escolas, dez entrevistas com jovens com experiência reprodutiva, cinco entrevistas com jovens mulheres sem experiência reprodutiva e cinco entrevistas com jovens homens sem experiência reprodutiva.

Os dados coletados são analisados a partir da suposição da centralidade dos(as) agentes de nível de rua na implementação das políticas, entendendo que “[...] a discussão sobre o alcance e os limites das políticas públicas é, na verdade, uma discussão sobre o alcance e os limites das funções desempenhadas pelos burocratas de nível de rua.” (Fernandez, Guimarães, 2020, p. 293).

A análise revela o alto grau de agência que os(as) professores(as) têm para discutir a saúde sexual e reprodutiva dos(as) jovens em ambas as escolas, mas onde a saúde sexual e reprodutiva não é central para os(as) professores(as). Os(as) profissionais de saúde, apesar de possuírem

regulamentos e cotidiano de trabalho mais organizado por normas e regras, em comparação com o ambiente escolar, também têm nível considerável de agência ao atenderem jovens com e sem experiência reprodutiva.

Destacamos a importância da análise de ambos os espaços – escola e unidade de saúde – por serem locais centrais para as discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos dos jovens. Estes locais nos possibilitam entender os espaços que os(as) jovens circulam – ou não – para falar – ou silenciar – sua sexualidade.

Referências

ALTMANN, H. Educação sexual em uma escola: da reprodução à prevenção. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 175–200, jan. 2009.

FERNANDEZ, M. V.; GUIMARÃES, N. C. Caminhos teórico-metodológicos para a análise da burocracia de nível de rua. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 32, p. 283–322, maio 2020.

LANDER, E. Las políticas públicas y la disputa político-cultural. La mirada antropológica sobre la política sociolaboral relacionada con el trabajo en casas particulares. In.: CIORDIAM C. Raggio, L. **Por una antropología de las políticas públicas**: perspectivas de análisis y cambios de signo en la región / Carolina Ciordia... [et al.]; compilación de Raggio, Liliana; Carolina Ciordia.– 1a ed– Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Carolina Ciordia, 2022.

LEITE, V. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, n. 32, p. 119–142, maio 2019. LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy**: dilemmas of the individual in public service. New York: Russel Sage Foundation, 1980.

MALUF, W. SONIA. O Gênero, saúde e aflição: políticas públicas, ativismo e experiências sociais In: MALUF, W. SONIA; TORNQUIST, Carmem Suzana (Org.). **O Gênero, saúde e aflição**: abordagens antropológicas. Florianópolis, Santa Catarina. Letras Contemporâneas. 2010. MAYNARD-MOODY, S.; MUSHENO, M. **Cops, Teachers and Counselors**: Stories from the Front Lines of Public Service. 2nd edition. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2023.

MAYNARD-MOODY, S.; MUSHENO, M. Social Equities and Inequities in Practice: Street-Level Workers as Agents and Pragmatists. **Public Administration Review**. Vol. 72, Special Issue, p. 16-23, nov. dez. 2012.

SHORE, C.; WRIGHT, S. **Anthropology of policy**: critical perspectives on Governance and power. British Library, 1997.

SHORE, C.; WRIGHT, S. Conceptualising policy: Technologies of Governance and the politics of visibility. In: SHORE, C.; WRIGHT, S.; PERÓ. **Policy Worlds**: Anthropology and Analysis of Contemporary Power. British Library, 2011.

SHORE, C. Studying Governance: policy as a window onto the modern state. In: SHORE, C.; WRIGHT, S.; PERÓ. **Policy Worlds**: Anthropology and Analysis of Contemporary Power. British Library, 2011.